

## ATA DE REUNIÃO

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte um, às 10h40min, reuniram-se em videoconferência os Desembargadores Geraldo Francisco Pinheiro Franco (TJSP), Fernando Cerqueira Norberto dos Santos (TJPE) e Ricardo José Roesler (TJSC), respectivamente presidente, vice-presidente e secretário-geral do Colégio de Presidente dos Tribunais de Justiça do Brasil (Codepre), e os Desembargadores Voltaire de Lima Moraes (TJRS), Maria Nailde Pinheiro Nogueira (TJCE), José Laurindo de Souza Netto (TJPR) e Henrique Carlos de Andrade Figueira (TJRJ), respectivamente presidente e vice-presidentes do Conselho dos Tribunais de Justiça.

Com a palavra, o **Des. Geraldo Francisco Pinheiro Franco (TJSP)** saudou a todos e abriu os trabalhos anunciando ser um momento de grande alegria. Esclareceu a todos que, por iniciativa do **Des. Voltaire de Lima Moraes (TJRS)**, consolidou-se a ideia de junção do Codepre e do Conselho em uma única entidade. Ressaltou que o Codepre foi criado a partir da necessidade de um colegiado representativo de presidentes em efetivo exercício, mas jamais como forma de dissidência. Esclareceu assim que a nova configuração consolidará um colegiado único, forte e objetivo e estabelece um marco histórico, pavimentando o caminho para a representatividade dos futuros dirigentes do Poder Judiciário estadual.

O **Des. Voltaire de Lima Moraes (TJRS)**, por sua vez, lamentou que o cenário da pandemia tenha impedido uma relação mais estreita e pessoal entre os presidentes. Destacou que a efemeridade dos mandatos demonstra o compromisso comum de, no exercício destes cargos, deixar um futuro mais sólido para os que virão na sequência, deixando uma instituição claramente consolidada, para que as futuras administrações possam levar adiante seus objetivos institucionais. Ressaltou que a união de esforços permitirá uma atuação mais profissional, com sede, estrutura, escritório etc, em prol do fortalecimento dos interesses em comum. Destacou a importância de registrar o momento como legado para os que sucederão. Ponderou que o nome e a logomarca do futuro colegiado devem traduzir esse espírito de união. Finalizou informando que trabalhou em conjunto com o Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos (TJPE) em um documento de unificação, a ser submetido a todos os membros.

O **Des. Geraldo Francisco Pinheiro Franco (TJSP)** concordou com as ponderações e sugeriu que seja formulado um ofício conjunto encaminhando a minuta citada e a proposta de estatuto para todos os presidentes, de modo a viabilizar um encontro até o fim do ano para a criação da nova entidade.

O **Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira (TJRJ)** também manifestou sua grande alegria pela reunião, simbolizadora de um grupo único guiado pelo mesmo espírito de trabalho. Parabenizou as diretorias pela iniciativa de buscar o melhor para os tribunais de justiça. Na condição de membro do Conselho, colocou-se à disposição para a melhor composição possível.

O **Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos (TJPE)** agradeceu também a todos, mas especialmente ao Des. Voltaire de Lima Moraes (TJRS), reconhecendo tratar-se de um trabalho coletivo e um esforço conjunto, capitaneado pelos presidentes dos dois colegiados. Esclareceu já haver um esboço de estatuto, o qual consolida a unificação das entidades em seus pontos fundamentais, notadamente a composição exclusiva por presidentes em exercício. Concordou ser importante dar conhecimento deste esboço a todos os presidentes, permitindo que os aspectos fundamentais estejam já pacificados na assembleia do final do ano, relegando àquele momento o debate dos aspectos menos sensíveis. Destacou que um colegiado formado pelos presidentes em exercício, agremiação dos representantes do Poder Judiciário, tem enorme peso institucional que, em momentos de constantes ameaças às instituições democráticas, ganha ainda maior relevo, a demonstrar a importância de colocar à disposição dos presidentes em exercício uma estrutura sólida e robusta, que dê suporte a este múnus. Leu o esboço de comunicação a ser enviada aos demais presidentes.

Estando todos de acordo com o texto da comunicação, o **Des. Geraldo Francisco Pinheiro Franco (TJSP)** propôs que fosse imediatamente encaminhada a todos os presidentes, em ofício conjunto com o Des. Voltaire de Lima Moraes (TJRS), assim como a proposta de estatuto, para que o debate chegue maduro na reunião do fim de ano.

O **Des. Voltaire de Lima Moraes (TJRS)** sugeriu então que sejam desde logo iniciados os trabalhos de desenvolvimento da nova logomarca, que traduza a comunhão de esforços e a união.

O **Des. Ricardo José Roesler (TJSC)** cumprimentou todos, especialmente os Desembargadores Voltaire de Lima Moraes (TJRS), Maria Nailde Pinheiro Nogueira (TJCE), José Laurindo de Souza Netto (TJPR) e Henrique Carlos de Andrade Figueira (TJRJ), e destacou como o distanciamento provocado pela pandemia gerou desafios excepcionais para a gestão de cada um dos presidentes nos seus estados, assim como para a gestão do Codepre e do Conselho, reforçando a necessidade de constante adaptação às mudanças. Mencionou que, como alguns dos presentes, está finalizando sua gestão e destacou a necessidade de olhar pelo parabras e não pelo retrovisor, insistindo que a união é o caminho mais forte para prepararmos o futuro. Quanto à identificação, sugeriu o uso do siglema Codepre - Conselho de

Presidentes, o que simbolizaria a unificação dos dois colegiados e agregaria um nome forte, fácil e inteligível. Quanto à logomarca, pontuou que aquela atualmente utilizada pelo Colégio de Presidentes é bastante significativa, pois agrega as cores da república e as estrelas representativas de cada um dos estados da federação, podendo assim ser aproveitada pela nova entidade.

O **Des. Voltaire de Lima Moraes (TJRS)** reforçou a pertinência da criação de siglas e logomarcas novas para reforçar o espírito de unificação, inclusive para evitar dúvidas aos próximos gestores.

O **Des. Ricardo José Roesler (TJSC)** esclareceu estar alinhado com a ideia de criação de algo novo. Pontuou ter feito a sugestão à luz da minuta de comunicação, que fala em "absorção" de estatutos. Questionou então se não seria o caso de usar o termo "unificação" de estatutos.

O **Des. José Laurindo de Souza Netto (TJPR)** saudou a todos os presentes e destacou como este momento de aproximação e união traz esperanças em torno dos objetivos institucionais que se busca alcançar. Contextualizou que, não bastasse a crise causada pela pandemia, vivemos uma crise institucional que nos afeta de maneira imediata. Finalizou assim parabenizando os protagonistas desta iniciativa que, diante desta conjuntura, mostra-se urgente.

A **Des. Maria Nailde Pinheiro Nogueira (TJCE)** cumprimentou todos. Destacou que as dificuldades são imensas e o engajamento da magistratura, em todos os níveis, é essencial. Relembrou da responsabilidade dos presidentes dos tribunais na busca por estes propósitos e de como a unificação das entidades converge para este fim comum.

O **Des. Voltaire de Lima Moraes (TJRS)**, na linha do que ponderado pelo Des. Ricardo José Roesler (TJSC), sugeriu que a comunicação aos presidentes seja no sentido de "unificação" e não de "absorção" dos dois estatutos. Além disso, pontuou a respeito da importância de ajustar os detalhes da sucessão registral, notadamente em razão da movimentação patrimonial das entidades. Ressaltou também a importância de se registrar o histórico da criação e da unificação das duas entidades para as futuras administrações. Finalizou dizendo sentir-se extremamente bem e gratificado com a reunião, notadamente por perceber estarem todos imbuídos dos mesmos propósitos em busca do melhor ao Poder Judiciário.

O **Des. Geraldo Francisco Pinheiro Franco (TJSP)** fez suas as palavras de união do Des. Voltaire de Lima Moraes (TJRS). Finalizou dizendo que encaminhará a comunicação e a proposta do novo estatuto para todos os colegas, de modo que na próxima assembleia seja possível consolidar a nova instituição sem percalços.

O **Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos (TJPE)** avisou que, tão logo encerrada a reunião, iria adequar a comunicação e a proposta de estatuto para encaminhar aos demais presidentes. Sugeriu que o desenvolvimento da nova logomarca seja capitaneado pelo Des. José Laurindo de Souza Netto (TJPR), que de pronto concordou com a proposta. Sugeriu ainda que fossem reservados desde já os dias três a cinco de novembro como data provisória para a realização de uma assembleia de criação do novo colegiado, e colocou-se à disposição para sediá-la em Recife (PE).

Nada mais havendo, às 12h encerrou-se a reunião, da qual eu, Des. Ricardo José Roesler (TJSC), na condição de Secretário-Geral do Codepre, lavrei a presente ata que segue por mim assinada.

Desembargador Ricardo José Roesler (TJSC)  
Secretário-Geral